

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.332 - RS (2019/0339033-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**RECORRENTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : NELSON PILLA FILHO - RS041666  
MARCOS VALÉRIO SILVEIRA LESSA E OUTRO(S) - RS042441  
**RECORRIDO** : SAMUEL GUSTAVO SOHNE  
**ADVOGADO** : MAGALI HELENA FLOCKE HACK - RS025123  
**INTERES.** : ELAINE MARIA SOHNE  
**INTERES.** : MOINHO SOHNE LTDA  
**INTERES.** : CARLOS JACOB SOHNE  
**INTERES.** : GIANE MARIA SOHNE  
**ADVOGADO** : MAGALI HELENA FLOCKE HACK - RS025123

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE RECONHECIDA. REVISÃO. SÚMULAS 5 E 7/STJ. NÃO CONHECIMENTO.

1. De acordo com a tese firmada em sede de recurso especial repetitivo, é admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a índole abusiva (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante as peculiaridades do julgamento concreto (REsp 1.061.530/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, 2ª Seção, DJe, 10.3.2009).

2. Na espécie, o Tribunal de origem concluiu que os juros remuneratórios são abusivos, quando comparados à taxa de mercado. Rever essa conclusão demandaria reexame de provas, providência vedada nos termos das Súmulas 5 e 7/STJ.

3. Recurso especial não conhecido.

**DECISÃO**

1. Cuida-se de recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL S/A, com fundamento no art. 105, III, c, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO.

Nos termos da legislação pátria, a cédula de crédito bancário é documento hábil a aparelhar a ação de execução, mormente quando acompanhada de evolução da dívida.

Jurisprudência da Corte.

O prazo prescricional nos casos como a espécie é trienal, conforme o art. 44, da lei nº 10.931/2004 c/c o art. 70, do Decreto -L i nº 57.663/66, o que não foi implementado na presente hipótese. Precedente deste Tribunal de Justiça.

Consoante entendimento preconizado no Superior Tribunal de Justiça e que vem sendo adotado por esta Câmara, mostra-se possível a limitação dos juros remuneratórios à taxa média de mercado definida pelo BACEN, à época do contrato, quando constatada abusividade, nos termos do Código de Defesa do Consumidor. No caso em exame, a taxa de juros cobrada no contrato objetos de revisão, é significativamente superior à taxa média do BACEN, razão pela qual cabível a limitação.

Precedentes desta Corte.

Não há falar em equívoco nos encargos moratórios, porquanto o cálculo já computou apenas a comissão de permanência.

AFASTARAM AS PRELIMINARES E DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente dissídio jurisprudencial. Sustenta, em síntese, a legalidade da taxa de juros pactuada, ante a ausência de prova de abusividade.

O recurso especial foi admitido na origem (fls. 165-173).

Decido.

2. A jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que os juros remuneratórios cobrados pelas instituições financeiras não sofrem a limitação imposta pelo Decreto nº 22.626/33 (Lei de Usura), a teor do disposto na Súmula 596/STF, de forma que a abusividade da pactuação dos juros remuneratórios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovação do desequilíbrio contratual ou de lucros excessivos.

Esse posicionamento foi confirmado no julgamento do Resp n. 1.061.530 de 22.10.2008, afetado à Segunda Seção de acordo com o procedimento da Lei dos Recursos Repetitivos (Lei 11.672/08), sob a relatoria da Ministra Nancy Andrighi, ocasião em que se consolidaram as seguintes teses: a) as instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF; b) a estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica cobrança abusiva; c) são inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/2002; d) **é admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a índole abusiva (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante as peculiaridades do julgamento concreto** (REsp 1.061.530/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, 2ª Seção, DJe, 10.3.2009).

Do voto condutor do acórdão do repetitivo, merece destaque o seguinte trecho acerca da utilização da taxa média de mercado como parâmetro para avaliação da abusividade:

A taxa média apresenta vantagens porque é calculada segundo as informações prestadas por diversas instituições financeiras e, por isso, representa as forças do mercado. Ademais, traz embutida em si o custo médio das instituições financeiras e seu lucro médio, ou seja, um 'spread' médio. É certo, ainda, que o cálculo da taxa média não é completo, na medida em que não abrange todas as modalidades de concessão de crédito, mas, sem dúvida, presta-se como parâmetro de tendência das taxas de juros. Assim, dentro do universo regulatório atual, a taxa média constitui o melhor parâmetro para a elaboração de um juízo sobre abusividade.

Como média, não se pode exigir que todos os empréstimos sejam feitos segundo essa taxa. Se isto ocorresse, a taxa média deixaria de ser o que é, para ser um valor fixo. Há, portanto, que se admitir uma faixa razoável para a variação dos juros.

A jurisprudência, conforme registrado anteriormente, tem considerado abusivas taxas superiores a uma vez e meia (voto proferido pelo Min. Ari Pargendler no REsp 271.214/RS, Rel. p. Acórdão Min. Menezes Direito, DJ de 04.08.2003), ao dobro (Resp 1.036.818, Terceira Turma, minha relatoria, DJe de 20.06.2008) ou ao triplo (REsp 971.853/RS, Quarta Turma, Min. Pádua Ribeiro, DJ de 24.09.2007) da média.

**Todavia, esta perquirição acerca da abusividade não é estanque, o que impossibilita a adoção de critérios genéricos e universais.** A taxa média de mercado, divulgada pelo Banco Central, constitui um valioso referencial, mas **cabe somente ao juiz, no exame das peculiaridades do caso concreto, avaliar se os juros contratados foram ou não abusivos.**

Na espécie, o Tribunal de origem concluiu que os juros remuneratórios são abusivos, quando comparados à taxa de mercado (fl. 106):

No caso em tela, necessário o cotejo entre a taxa de juros contratada e a taxa de juros disponibilizada pelo BACEN, as qual são facilmente extraídas das tabelas presente em seu site (<http://www.bcb.gov.br>), cujo acesso é livre ao público.

Ao realizar tal comparativo, conclui-se a existência de abusividade em relação ao contrato objeto de revisão, razão pela qual possível a limitação dos juros remuneratórios à taxa média de mercado.

Rever essa conclusão demandaria reexame de provas, providência vedada nos termos das Súmulas 5 e 7/STJ.

Nessa linha:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
CONTRATO BANCÁRIO. TAXA DE JUROS  
REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE CONSTATADA PELO  
TRIBUNAL DE ORIGEM. CAPITALIZAÇÃO MENSAL.  
CONTRATAÇÃO. AUSÊNCIA. REEXAME. SÚMULAS 5 E 7 DO  
STJ.

1. O Tribunal de origem afirmou expressamente que os juros

remuneratórios são abusivos, uma vez que o percentual pactuado está muito acima da taxa média de mercado praticada à época da contratação, de modo que rever tal posicionamento somente se faz possível com o reexame das cláusulas do contrato e dos elementos fáticos da demanda, o que encontra óbice nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

2. A tese da recorrente é no sentido da previsão contratual de capitalização mensal de juros, o que foi expressamente afastado pelo Tribunal de origem, de modo que a revisão do julgado impõe reexame da matéria fática dos autos, tarefa vedada pelo óbice dos enunciados sumulares n. 5 e 7 do STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 695.844/MS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 01/12/2016, DJe 07/12/2016)

3. Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Havendo prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte Recorrente, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2.º e 3.º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator